

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo para pagar o Imposto de Renda no débito automático termina no dia 10..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas poderão saldar tributos com créditos de fusões..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita amplia isenção de IR sobre imóvel..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tribunal nega créditos de PIS e Cofins sobre gastos com a LGPD..... 7

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Saque extraordinário do FGTS: nascidos em março já podem sacar até R\$ 1.000..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desonerações tiram R\$ 57,4 bi de Estados..... 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Bolsonaro afirma que há acerto para convocar 625 agentes para PF e PRF..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Redução do IPI preocupa bancada do Amazonas..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacheco acusa governadores de driblar lei que visava baratear combustíveis..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O novo aumento da Petrobras - VINICIUS TORRES FREIRE..... 14

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

É preciso resgatar critérios técnicos no Orçamento (Editorial)..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras vem com resultados fortes, estimam bancos..... 16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Último dia para tirar o título de eleitor..... 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Desemprego e planejamento (Editorial)..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Mercado diverge sobre fim do ciclo de alta de juros e espera sinais do BC..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Muito ajuda quem não atrapalha (Editorial) 23

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Planos já preveem reajuste maior do que 15% após gasto médico recorde 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para reverter a desindustrialização (Artigo) 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Indústria à espera de uma política (Editorial) 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Bancos digitais enfrentam primeiro 'teste de estresse' 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Para analistas, arrecadação exige cautela 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Pandemia e guerra ampliam incertezas sobre globalização 31

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Guerra testa a economia da Europa (Artigo) 32

Prazo para pagar o Imposto de Renda no débito automático termina no dia 10

Cristiane Gercina

O contribuinte que tem imposto a pagar deve entregar a declaração do Imposto de Renda -2022 até a próxima terça-feira (10) para conseguir quitar em débito automático todas as cotas ou cota única do tributo. É possível parcelar o IR em até oito vezes.

Se declarar o Imposto de Renda depois, poderá pagar a primeira cota ou cota única até o dia 31 de maio, data final de entrega da declaração, mas terá de ser por meio de Darf (Documento de Arrecadação das Receitas Federais). Segundo a **Receita Federal**, o contribuinte que declarar após o dia 10 ainda poderá colocar as cotas em débito automático, mas só a partir da segunda parcela.

"Quem desejar optar pelo débito automático da cota única ou da primeira quota em diante deve entregar a declaração até 10/05/2022. Depois dessa data, a opção pelo débito automático somente alcançará da segunda quota em diante", informa o órgão federal. As cotas têm vencimento até o último dia útil de cada mês.

Segundo Marcos Hanguí, especialista em Imposto de Renda da King Contabilidade, para conseguir colocar o tributo em débito automático, no entanto, o contribuinte precisa ser o titular da conta bancária. Além disso, o parcelamento das cotas tem valor mínimo. "O total do imposto devido deve ser superior a R\$ 100. Nenhuma cota pode ser inferior a R\$ 50", diz Hanguí.

O especialista lembra ainda que quem não conseguir fazer a entrega antes do dia 10 e for pagar o IR por meio de Darf em 31 de maio precisa ficar atento ao expediente do banco, seja nos caixas eletrônicos, nas agências ou pela internet. Quem atrasa tem encargos. "É melhor deixar agendado ou verificar o horário-limite do seu banco", diz.

Segundo a **Receita Federal**, até as 18h de segunda-feira (2) haviam sido entregues 18,4 milhões de declarações do Imposto de Renda. Para este ano, são esperados 34,1 milhões de documentos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49901&anchor=6455315&pd=9607f5f5f9da83f0a788b8c8dc4a>

7c91

Empresas poderão saldar tributos com créditos de fusões

GUILHERME PIMENTA

A **Receita Federal** e a Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN) anunciaram ontem uma nova possibilidade de transação tributária - modalidade de negociação de créditos tributários que estejam em disputa na Justiça ou em órgãos administrativos envolvendo a União e o contribuinte.

Desta vez, de acordo com edital publicado ontem, será possível quitar dívidas envolvendo a chamada amortização de ágio.

O ágio se forma quando uma empresa adquire participação em outra (operações societárias).

Nem sempre o valor pago corresponde ao valor patrimonial da companhia comprada.

Ágio é o sobrepreço, a diferença entre o valor pago e o patrimonial, em razão de uma expectativa de lucros futuros que a compradora terá com a aquisição da outra empresa. A **legislação tributária** permite à compradora deduzir esse sobrepreço da renda a ser tributada nos anos seguintes (amortização do ágio).

Ao longo dos anos, a **Receita Federal** impôs condições para o aproveitamento do ágio pelas empresas compradoras e lavrou autos de infração nos casos em que interpretou terem sido desrespeitadas essas condições.

A modalidade divulgada ontem permite negociar as dívidas envolvendo os **tributos** que não teriam sido pagos nessas amortizações de ágio.

R\$ 150 BI NEGOCIÁVEIS. Segundo o procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano, há aproximadamente R\$ 150 bilhões em discussões envolvendo a tese de amortização e despesa de ágio que, agora, podem ser transacionadas.

O valor envolve tanto discussões administrativas quanto judiciais.

As regras do edital podem ser acessadas em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-9/2022-397019463>.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receita amplia isenção de IR sobre imóvel

Adriana Aguiar

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187207?page=4§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187207?page=4§ion=4

Tribunal nega créditos de PIS e Cofins sobre gastos com a LGPD

Adriana Aguiar

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187207?page=4§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187207?page=4§ion=4

Saque extraordinário do FGTS: nascidos em março já podem sacar até R\$ 1.000

Por g1

Trabalhadores podem sacar até R\$ 1.000 de suas contas. - Foto: José Cruz/AgênciaBrasil

Cerca de 3,5 milhões de trabalhadores nascidos em março podem, a partir desta quarta-feira (4), retirar até R\$ 1 mil de suas contas do FGTS. A partir dessa data, eles terão até dia 15 de dezembro para movimentar o valor.

Para esta etapa, R\$ 2,5 bilhões foram disponibilizados pelo governo federal, de um total de R\$ 30 bilhões direcionados ao saque extraordinário.

Os recursos não sacados irão retornar ao FGTS. As liberações seguem o calendário estabelecido pela Caixa Econômica Federal (veja mais abaixo).

Cerca de 3,9 milhões de trabalhadores nascidos em janeiro tiveram o valor liberado no último dia 20. Os nascidos em janeiro representam o maior contingente do saque extraordinário, que segue até o dia 15 de junho. Em seguida, aparecem os nascidos em maio, quando 3,8 milhões de pessoas estarão elegíveis para retirar o benefício (a partir do dia 14 de maio).

Ao todo, 42 milhões de trabalhadores estão aptos ao saque extraordinário do FGTS. O saldo disponível já pode ser consultado, mas a retirada e a movimentação do valor segue o calendário estabelecido pela Caixa.

LEIA MAIS:

Governo anuncia antecipação do 13º de aposentados do **INSS** e saque de R\$ 1 mil do FGTS Empréstimo consignado: margem volta a subir para 40% para beneficiários do **INSS** FGTS: quem tem direito, quando pode sacar, qual o rendimento? Entenda

Como consultar

Os trabalhadores podem consultar se têm direito ao benefício - além de valores e datas para receber o dinheiro. As consultas podem ser feitas pelo site da Caixa, por uma versão atualizada do aplicativo FGTS e nas agências da Caixa Econômica Federal (CEF).

Na consulta pelo site do FGTS, é possível saber:

se o trabalhador tem direito ao Saque Extraordinário do FGTS; consultar a data de crédito na Conta Poupança Social Digital.

Já pelo aplicativo FGTS e nas agências da Caixa, é possível:

consultar o valor a ser creditado; consultar a data de crédito na Conta Poupança Social Digital; informar que não quer receber o crédito do valor; solicitar o retorno do valor creditado para a conta FGTS; alteração cadastral para criação de Conta Poupança Social Digital.

O dinheiro das contas do fundo - um direito do trabalhador com carteira assinada - só pode ser sacado, em geral, em situações específicas, como na demissão sem justa causa, na compra da casa própria ou na aposentadoria. Mas, no último mês, o governo publicou Medida Provisória liberando o saque extraordinário.

No site da Caixa, é preciso informar o NIS (PIS/Pasep), que pode ser consultado na carteira de trabalho ou em algum extrato antigo que o trabalhador tenha, e usar uma senha cadastrada pelo próprio trabalhador. É possível usar ainda a Senha Cidadão. A página oferece a opção de recuperar a senha, mas é preciso informar o NIS. Clique aqui e veja como consultar o número do PIS/NIS.

Já o aplicativo pode ser baixado nos seguintes links:

Celulares Android (clique aqui para baixar) Celulares iOS - Apple (clique aqui para baixar)

Calendário

De acordo com a Caixa, cerca de R\$ 30 bilhões serão liberados para aproximadamente 42 milhões de trabalhadores com direito ao saque.

O pagamento vai até 15 de junho, de acordo com o mês de nascimento do trabalhador. A retirada será possível até o dia 15 de dezembro.

O governo federal divulgou o seguinte calendário, dividido por mês de nascimento:

Qualquer pessoa que tiver conta vinculada do FGTS,

ativa ou inativa, poderá sacar. Leia mais aqui

Se o titular possuir mais de uma conta do FGTS, o saque é feito na seguinte ordem: primeiro, as contas relativas a contratos de trabalho extintos, com início pela conta que tiver o menor saldo; em seguida, as demais contas vinculadas, com início pela conta que tiver o menor saldo.

Não estarão disponíveis para saque os valores que estiverem bloqueados na conta do FGTS, como garantia de operações de crédito de antecipação do saque-aniversário, por exemplo.

Como pedir o saque?

Não será preciso solicitar. O dinheiro vai ser disponibilizado automaticamente na conta do trabalhador no Caixa Tem. Leia mais aqui

Se o beneficiário não tiver uma conta no Caixa Tem, a Caixa Econômica Federal vai abrir uma conta em nome do trabalhador automaticamente.

No entanto, em caso de dados incompletos que não permitam a abertura da conta digital, o trabalhador terá de pedir a liberação dos recursos.

Todo o processo para pedir o saque será informatizado. O trabalhador não precisará ir à agência da Caixa, bastando entrar no aplicativo FGTS, disponível para smartphones e tablets, e inserindo os dados pedidos.

O aplicativo pode ser baixado pelo celular:

Clique aqui para baixar o app para celulares Android
Clique aqui para baixar o app para celulares iOS (Apple)

Clique aqui para ver como fazer o login e usar o aplicativo

Após o crédito dos valores na conta poupança social digital, já será possível pagar boletos e contas ou utilizar o cartão de débito virtual e QR code para fazer compras em supermercados, padarias, farmácias e outros estabelecimentos, por meio do aplicativo.

O valor também pode ser transferido para outras contas bancárias da Caixa ou de outro banco. É possível ainda realizar transações por meio do Pix, além de efetuar saque nos terminais de autoatendimento da Caixa e nas casas lotéricas.

Em caso de depósito não automático, confira como pedir o saque pelo aplicativo:

O próprio aplicativo pedirá que o trabalhador faça o pedido de saque, ao clicar no botão "Solicitar saque", de cor laranja; clique em "Confirmar" para autorizar a abertura de conta poupança social da Caixa em seu nome. Essa é a única opção para receber os recursos do FGTS; aparecerá a seguinte mensagem: "A Caixa irá processar a solicitação e caso esteja tudo certo, o valor será creditado em sua conta".

Sou obrigado a sacar?

Não. O saque é facultativo ao trabalhador. Se ele não tiver interesse, pode indicar que não deseja receber o saque extraordinário do FGTS, para que sua conta do FGTS não seja debitada. Nesse caso, ele deverá acessar o aplicativo FGTS ou se dirigir a uma das agências do banco para informar que não quer receber o crédito.

Após a realização do crédito na Conta Poupança Social Digital, o trabalhador pode, ainda assim, optar por desfazer o crédito automático, por meio dos mesmos canais, até o dia 10 de novembro.

Caso o crédito dos valores tenha sido feito na Poupança Social Digital do trabalhador e essa conta não seja movimentada até 15 de dezembro, os recursos serão retornados à conta do FGTS, devidamente corrigidos.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/04/saque-extraordinario-do-fgts-nascidos-em-marco-ja-podem-sacar-ate-r-1000.ghtml>

Desonerações tiram R\$ 57,4 bi de Estados

GUILHERME PIMENTA

Medidas tomadas pelo governo Bolsonaro de desoneração tributária, em pleno ano eleitoral, têm potencial de retirar R\$ 57,4 bilhões do caixa de Estados e municípios entre 2022 e 2023, segundo cálculos do Estadão/ Broadcast a partir de dados obtidos com exclusividade com o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz).

As medidas frustrariam a continuidade da capacidade de governadores e prefeitos de financiar investimentos públicos. Para os governadores, o problema seria maior porque o ano é eleitoral, e muitos tentam a reeleição ou a vitória dos seus aliados.

Um dos problemas é que o governo tem cortado **tributos** que têm arrecadação compartilhada com os Estados e os municípios.

Uma "**reforma tributária**" particular, segundo os críticos, aproveitando a arrecadação recorde que, segundo o presidente Jair Bolsonaro, ficará R\$ 300 bilhões acima do previsto.

Somente com a redução do imposto estadual sobre gasolina, diesel, álcool e gás, haverá uma frustração de receita dos Estados de R\$ 30,9 bilhões caso a medida seja mantida pelos governadores até o fim de 2022.

Essa medida, aprovada pelo Congresso, teve como "padrinho" o governo Bolsonaro para reduzir o impacto da alta de preços do petróleo na bomba.

A área técnica do Comsefaz estima que o impacto pode ser maior, já que ainda não calculou, por exemplo, eventuais impactos do congelamento do ICMS sobre os combustíveis em 2023.

Em relação à redução da alíquota do IPI, novos cálculos indicam um impacto de R\$ 15,5 bilhões em 2023 referente aos efeitos das perdas dos fundos de participação dos entes com os fundos constitucionais. A transferência para os fundos é vinculada a uma parcela do IPI. O corte da alíquota do IPI em 35% até dezembro vai gerar uma perda de R\$ 11 bilhões.

IMPOSTO DE RENDA. Além das medidas, ainda há a pressão no Congresso para a correção da tabela do Imposto de Renda e da tabela do Simples, o que poderia frustrar ainda mais as receitas dos entes subnacionais.

São **tributos** também com arrecadação compartilhada.

Na avaliação do diretor institucional do Comsefaz, André Horta, a situação das finanças públicas dos governos regionais seria cada vez mais crítica, e vai ser agravada pelas medidas de governo federal. "Ou os entes vão colapsar, ou vão precisar abrir mão de serviços essenciais à população por falta de receita", disse o diretor. O governo federal, por outro lado, argumenta que o caixa dos governadores está cheio com os repasses a mais feitos durante a pandemia da covid-19.

A perda estimada fará o órgão redigir, no segundo semestre, uma nota na intenção de alertar os próximos governadores sobre perdas no primeiro ano de mandato. O alerta também pretende apontar possíveis medidas fiscais a serem tomadas para retomar a solidez ou mitigar os impactos nas contas públicas.

Horta afirma que a situação fiscal de Estados e municípios vinha melhorando até o fim de 2021 com a abertura do comércio e com a retomada econômica, após a queda sofrida com a pandemia do coronavírus. A receita ganhava fôlego também, principalmente, por causa da alta da **inflação** e o seu impacto no ICMS.

DESEQUILÍBRIO. Os críticos dessa política federal afirmam que o governo faz essa desoneração sem levar em consideração os Estados e OS municípios.

Na avaliação do economista Leonardo Ribeiro, o impacto demonstra ser necessário resgatar a ideia de estabelecer o Conselho de Gestão Fiscal no País para promover uma gestão fiscal coordenada e transparente. "O governo federal vem apostando em medidas que comprometem o equilíbrio das contas públicas dos governos subnacionais sem avaliar impactos e consequências no financiamento das políticas públicas locais", afirmou Ribeiro.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro afirma que há acerto para convocar 625 agentes para PF e PRF

Mateus Vargas e Marianna Holanda

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse nesta terça-feira (3) que acertou a convocação de 625 novos agentes da PF (Polícia Federal) e o mesmo número da PRF (Polícia Rodoviária Federal).

O número ficou abaixo da expectativa criada pelo próprio presidente no dia anterior, quando sinalizou que poderia abrir até mil vagas para cada carreira neste ano.

"Ontem [segunda, 2] foi acertado mais 625 vagas para cada força. Foi o que deu para fazer com o PLN1 [projeto que abriu crédito para gastos com pessoal] ", disse Bolsonaro a apoiadores nesta manhã.

"Os demais, vai ter outra oportunidade [para chamar] talvez este ano acabando eleições", afirmou ainda o presidente, em frente ao Palácio da Alvorada. A declaração foi divulgada por uma página bolsonarista no YouTube.

Reiteradas promessas não cumpridas de Bolsonaro têm desagradado às entidades que representam os agentes da Polícia Federal. "Tudo que foi possível fazer eu fiz, inclusive vocês já são excedentes", disse ainda Bolsonaro.

O presidente também está sob pressão de diversas categorias do serviço público que cobram reajustes de salário. Os servidores do Banco Central retomam a greve por tempo indeterminado a partir desta terça-feira (3).

A ideia de Bolsonaro era conceder reajustes apenas para agentes da PF, PRF e Depen (Departamento Penitenciário Nacional), mas ele recuou e estuda um aumento linear de 5% a todos os servidores federais.

Esse percentual "desagrada a todo mundo", mas é o possível, reconheceu o próprio Bolsonaro na última semana.

Na segunda-feira (2), Bolsonaro telefonou ao ministro da Justiça, Anderson Torres, em frente aos apoiadores, e pediu um "aditivo" para ampliar as vagas para a PF e PRF.

Bolsonaro havia dito, em mais de uma ocasião, que o

governo conseguiria convocar 500 agentes de cada carreira neste ano. Ele sinalizou que este número poderia dobrar durante a ligação.

"Você tem capacidade [de] passar para mil cada um? Acha que dá para resolver? Então faz um aditivo, pede mil vagas, já que você está no limite teu, para mil vagas para cada lado. Pode ser?" disse Bolsonaro ao ministro da Justiça por telefone.

Na chamada, o presidente também pediu para Torres conversar com a Economia sobre o aumento das vagas às polícias.

Pressionado, Bolsonaro tem se esquivado de críticas de servidores que cobram reajustes e reestruturação de carreiras. "Coloquei na mesa o problema. Vamos lá, estou agora aguardando sugestões de vocês", afirmou presidente em entrevista à rádio Metrôpole FM, de Cuiabá (MT), no último dia 29.

Na mesma fala, Bolsonaro disse que estuda igualar o teto das carreiras de policiais rodoviários federais e de agentes da Polícia Federal.

"Quero ajudar a todos os servidores no Brasil, sempre defendi o reajuste. Mas não tem como dar mais do que temos nesse momento [5%], custa R\$ 7 bilhões", declarou ainda, na semana passada.

Como antecipou a Folha, Bolsonaro decidiu, em reunião no dia 13 de abril, conceder um reajuste de 5% para todos os **servidores públicos** federais a partir de 1º de julho, mesmo sem espaço suficiente no Orçamento.

O Orçamento de 2022 só tem reservado o valor de R\$ 1,7 bilhão para reajustes ou reestruturações de carreiras de servidores neste ano. A ideia de Bolsonaro era só privilegiar agentes da polícia.

O custo total do reajuste linear de 5% é estimado em R\$ 7,9 bilhões em 2022, o que irá forçar cortes de verbas em outras áreas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49901&anchor=6455315&pd=9607f5f9da83f0a788b8c8dc4a7c91>

Redução do IPI preocupa bancada do Amazonas

Michelle portela Vinicius Doria

A bancada parlamentar do Amazonas reuniu-se, no fim da tarde de ontem, com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que tenta derrubar partes do decreto presidencial que elevou de 25% para 35% o corte no Imposto sobre Produtos Industrializados a partir de 1º de maio. Os parlamentares estão preocupados com o impacto da medida na Zona Franca de Manaus, retirando a competitividade dos produtos fabricados na Amazônia, que gozam de incentivos fiscais.

No fim da reunião, o vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), disse que Moraes "foi muito receptivo" e que teve "sensibilidade" em relação às preocupações da bancada.

"A bancada não luta para derrubar integralmente o decreto", ressaltou Ramos, esclarecendo que não há oposição à redução de **impostos** para setores como automóveis e eletrodomésticos.

"Saio daqui muito confiante de que teremos uma decisão positiva do ministro", que não teceu comentários sobre os processos que tratam do tema, mas ouviu o pedido para que sejam analisados em caráter de urgência.

Nesta quarta-feira, Ramos tem audiência com o presidente do STF, ministro Luiz Fux, para tratar das ações. "Estarei com o presidente do STF, Luiz Fux, para que seja dada a mais absoluta prioridade ao caso da Zona Franca de Manaus, pela importância que tem à preservação dos empregos e da economia do Amazonas", declarou o parlamentar.

De acordo com o Ministério da Economia, os decretos presidenciais combinados, que não precisam de aprovação do Congresso, provocarão uma queda de arrecadação de R\$ 23,4 bilhões nas receitas do governo apenas neste ano.

Pelo menos três ações questionam a redução do IPI, não só por causa dos impactos que pode acarretar à economia amazonense como em relação ao fato de ter sido editado em pleno ano eleitoral.

A Procuradoria-Geral Eleitoral deu um prazo de 10

dias para o Ministério da Economia se pronunciar sobre a renúncia fiscal decorrente do primeiro decreto presidencial, que reduziu o IPI em 25%. Em carta datada de 28 de abril encaminhada ao ministro Paulo Guedes, o vice-procurador-geral Eleitoral Paulo Gustavo Branco queria saber se o ato violou proibição legal de conceder benefícios fiscais em ano eleitoral.

Apenas um dia após o recebimento da carta, o presidente Jair Bolsonaro (PL-RJ) assinou outro decreto para reduzir ainda mais o imposto, dessa vez em 35%.

Pacheco acusa governadores de driblar lei que visava baratear combustíveis

Renato Machado

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cobrou os estados por não adotarem as novas regras tributárias para os combustíveis, aprovadas pelo Congresso em março para tentar conter a escalada dos preços.

Pacheco encaminhou um ofício com a cobrança ao ministro Paulo Guedes (Economia), presidente do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária). O texto pede que os membros do conselho "reconsiderem a definição sobre a nova sistemática de tributação do ICMS sobre os combustíveis". Pacheco leu todo o ofício durante sessão do plenário do Senado.

O Congresso concluiu em 11 de março a votação do projeto de lei que altera a cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis e zera as alíquotas de PIS/Cofins sobre diesel e gás até o fim de 2022, ano eleitoral.

Pelo texto, os estados deverão regulamentar alíquota única de ICMS sobre os combustíveis no âmbito do Confaz. A lei prevê ainda a mudança no modelo da alíquota, de um percentual sobre o valor (ad valorem) para um valor fixo sobre o litro (ad rem).

No entanto, em 24 de março, o Confaz estabeleceu uma alíquota única do ICMS sobre o diesel, mas cada estado poderá conceder uma espécie de benefício fiscal que vai resultar em uma cobrança menor a seus consumidores.

No ofício, Pacheco argumenta que as regras aprovadas no Congresso têm a vantagem de minimizar o impacto dos **tributos** na flutuação dos preços. Em seguida, questiona a não adoção das novas regras. "Causou-nos estranheza, portanto, quando o Confaz, em 24 de março, estabeleceu alíquota única para o diesel no patamar mais elevado vigente e permitiu que cada ente federado pudesse determinar, a seu critério, um fator de equalização de carga tributária", afirma.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49901&anchor=6455315&pd=9607f5f5f9da83f0a788b8c8dc4a7c91>

O novo aumento da Petrobras - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

Quando a Petrobras aumentou o preço dos combustíveis, em 11 de março, houve revolta quase geral, além de faniquitos e azáfamas hipócritas na política. Pouco depois, seria aprovada uma lei para mudar a cobrança do ICMS e o governo federal reduziria a zero o PIS/Cofins sobre o diesel. No dia 28 de março, Jair Bolsonaro demitiria o general Silva e Luna da presidência. Depois do fiasco da nomeação de um substituto, José Mauro Coelho assumiu o comando da petroleira em 14 de abril.

Eram grandes a agitação, a demagogia e a besteirada.

O que aconteceu com o preço dos combustíveis? Nada. Quer dizer, não baixou. Bidu. Ficaram mais altos. A mexida nos **impostos** não deu em nada. A convulsão durou tanto quanto tretas de redes sociais.

O que pode acontecer ainda? Em tese, dada a sua política, a Petrobras estaria para anunciar novo aumento. Talvez não o tenha feito ainda porque o preço do dólar tem variado de modo mais biruta do que de costume. Talvez o novo presidente da petroleira queira estar com a cadeira mais quentinha antes de começar a levar pauladas de Bolsonaro. Por outro lado, se não houver reajuste, terá ficado claro que o governo tomou conta da empresa.

Os preços estão em níveis chocantes e, para piorar o clima, o aumento do diesel tende a ser bem maior que o da gasolina, outra vez.

Antes do reajuste de março, a Petrobras manteve seus preços por 57 dias. Desde aquela paulada, está sem anunciar aumentos faz 53 dias.

Desde então, o preço internacional de referência do diesel aumentou quase 11% em dólares (da semana encerrada em 7 de março até a semana encerrada em 2 de maio, segundo dados da Energy Information Agency dos EUA).

Em reais, a alta foi de uns 8,5% -no caso da gasolina, queda de quase 1%. Trata-se apenas de uma aproximação baseada na taxa de câmbio do dólar comercial.

Nas contas de quem calcula a diferença do preço da

Petrobras para sua referência internacional, ora seria preciso aumentar o diesel em cerca de uns 20% o da gasolina em uns 10%. Haverá revolta e mais **inflação**.

Da semana anterior à do aumento da Petrobras nas refinarias até a semana encerrada em 30 de abril, o preço do diesel (S10) aumentou em média 19% nos postos brasileiros. O da gasolina, 10,7% (dados da Agência Nacional do Petróleo, a ANP).

Em termos relativos, o diesel ficou ainda mais caro do que a gasolina, considerado o reajuste a Petrobras em março, outro fiasco de Bolsonaro. O aumento do diesel foi equivalente a 76% do reajuste da Petrobras; o da gasolina, 57,2%.

O governo acusa os estados de fixarem uma alíquota única nacional muito alta para os combustíveis, de cerca de R\$ 1 por litro (mas os estados ainda estão perdendo dinheiro, dado o que cobravam antes). Pode ser. Mas quanto aumentou o diesel desde março? R\$ 1 por litro, para em média R\$ 6,74 (mas o preço máximo no país estava em R\$ 8, até o último levantamento).

Ou seja, a fim de evitar o aumento do diesel em apenas dois meses, os estados teriam de abrir mão da receita com o combustível. Não é possível. Qualquer corte viável de **impostos** mexeria muito pouco no preço de diesel e gasolina.

Enfim, discutiu-se alguma política maior a fim de evitar ao menos a variação excessiva do preço? Não. Políticos da esquerda à extrema direita fizeram chacinha demagógica e incompetente com o assunto, o governo em particular, mas não há debate algum, como não há debate político sério sobre problema algum. O país está largado, à deriva, e as propagandas eleitorais são ainda mais idiotas do que sempre, considerado o desastre em que estamos metidos faz quase uma década.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49901&anchor=6455315&pd=9607f5f9da83f0a788b8c8dc4a7c91>

É preciso resgatar critérios técnicos no Orçamento (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Petrobras vem com resultados fortes, estimam bancos

GabrielaRuddy Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187207?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187207?page=1§ion=1

Último dia para tirar o título de eleitor

André Santos, Icor Passarini e Maria Paula Monteiro

O prazo para a regularização eleitoral termina às 23h59 de hoje e milhares de mineiros deixaram para resolver as pendências na última hora, seja pelo meio físico ou digital. Em Minas Gerais, cerca de 700 mil pessoas ainda precisam se regularizar para ter direito ao voto nas eleições de outubro. Ontem, longas filas de eleitores se formaram nas unidades do Tribunal Regional Estadual (TRE), como na Avenida Prudente de Moraes, no Bairro Cidade Jardim, e na Avenida do Contorno, no Lourdes. Em média, as pessoas ficaram mais de uma hora na espera para atendimento.

O auxiliar de produção Márcio Zoi, de 46 anos, aguardou 1h40min para conseguir resolver sua pendência eleitoral na sede do órgão e reclamou do tempo de espera. "Não há necessidade desta aglomeração aqui. Tinham que ter feito esta distribuição por regional, que fosse em postos de saúde, para evitar de uma pessoa gastar R\$ 5 com uma passagem, que é outro absurdo também. Não tem um transporte gratuito para poder vir aqui resolver sobre a eleição", declarou.

A recomendação do TRE é para que os eleitores façam o agendamento do atendimento por meio do Disque Eleitor, nos telefones 148 ou (31) 2116-3600. Quem não conseguir o agendamento pode se dirigir a um dos cartórios, onde os cidadãos podem realizar qualquer tipo de atendimento relacionado ao título, tais como alistamento, transferência, atualização de dados e regularização. O atendimento é feito por ordem de chegada.

A estudante Sophia Koslowsk, de 18, disse que esperou a pandemia acabar para ir com o pai ao cartório fazer o cadastro eleitoral pela primeira vez. Como agendou um horário, ela ficou apenas dez minutos no local. "A expectativa é um Brasil melhor, tirar esse presidente aí porque está complicado", afirmou. Já o pai dela, Moacyr, está orgulhoso de ver a filha participando da eleição. "É um direito dela como cidadã, para poder contribuir melhor com o país", ponderou.

Quem também agendou um horário para regularizar o título foi o aposentado Franco, de 59, que não participa do pleito há pelo menos três eleições. "Antes eu me via fazendo diferença, agora acho que cada voto faz. Temos que modificar a estrutura do Brasil. Mudar esse pilar, esse antagonismo de ódio, revolta, bala, tiro, **inflação**. Colocar um novo pensador, novos

políticos", explicou, sem saber se esse novo país será presenciado por ele.

"Não tem mais condição de você sair da sua casa e ter que tirar todo mês uma parte do meu salário para doar porque tem gente que não tem nada para comer, não tem remédio. As pessoas estão morrendo de fome, enquanto as outras estão atropelando com seus carrões. A situação está ruim desde antes, mas piorou muito desde 2018. Tem uma diferença de roubar de rico para dar para pobre e roubar de pobre para dar para rico. Aí não, se nós continuarmos aceitando isso somos piores do que quem está aí no comando", declarou o aposentado.

Apesar do sistema Título Net, disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral para o atendimento virtual de regularização e emissão de título, muitos usuários reclamaram de lentidão e instabilidade no site e no aplicativo. Com quase meio milhão de atendimentos realizados por dia, o órgão admitiu sobrecarga no sistema.

COMO OBTER O DOCUMENTO

O título é tirado gratuitamente na Justiça Eleitoral
ENDEREÇO VIRTUAL: » Acesse www.tse.jus.br e clique na aba "Eleitor e Eleições". » Em seguida, clique no menu "Tire seu título - Título Net", no final da página à esquerda, onde há uma imagem de uma mão segurando um título. » Com o celular, tire uma foto do comprovante de residência e do documento de identificação (frente e verso). » Você também vai precisar fazer uma selfie segurando o documento de identificação ao lado do rosto. » No final da próxima tela, vá no menu "Iniciar seu atendimento a distância", que fica na parte "Faça seu requerimento" (no centro da página). » Depois, é só selecionar o estado, conferir a lista de documentos necessários e clicar em "Próximo". Na página seguinte, é só preencher o formulário com os dados obrigatórios.

» A próxima etapa é a de envio da documentação. Isso deve ser feito na parte que está logo abaixo desse formulário. Concluída a solicitação, é só acompanhar o requerimento na página inicial do Título Net.

ENDEREÇOS FÍSICOS: Belo Horizonte: » Avenida do Contorno, 7.038 - Lourdes » Rua Padre Pedro Pinto,

5.020 - Mantiqueira » Rua Padre Pedro Pinto, 4.946 - Mantiqueira (Venda Nova) » Avenida Prudente de Moraes, 320 - Cidade Jardim » Rua Alcindo Vieira, 67 - Barreiro Horário: das 8h às 17h Telefones: 148 ou (31) 2116 3600.

Não há necessidade desta aglomeração aqui. Tinhamque ter feito esta distribuição por regional, que fosseem postos de saúde, para evitar deuma pessoa gastar R\$ 5 comuma passagem" Márcio Zoi, auxiliar de produção

Desemprego e planejamento (Editorial)

A **inflação** é um problema que afeta todo o mundo. Assim como o Brasil, os Estados Unidos e países da Europa enfrentam as maiores taxas de reajuste de preços em mais de 20 anos, ainda que na Europa os percentuais pareçam extremamente baixos se comparados com o histórico do indicador brasileiro. Nesse ponto, a equipe econômica e o próprio presidente Jair Bolsonaro têm razão em considerar que a aceleração de preços no país tem um componente forte de aumentos além-mar. Mas taxas de **inflação** são um problema mundial e o desemprego não, como mostram rankings globais de **inflação** e desemprego, considerando índice de preços referentes a 2021 e previsões para o mercado de trabalho neste ano.

Com a terceira maior **inflação** em 2021 (10,1%), o Brasil deve fechar 2022 com a nona maior taxa de desemprego, enquanto os Estados Unidos fecharam o ano passado com **inflação** de 7%-a maior desde 1982- na sexta colocação, e devem encerrar este ano com 3,5% de desocupação, na 89ª colocação. Reino Unido e Itália, com índices de preços batendo em 5,4% e 3,9%, respectivamente a eIP maiores em 2021 têm previsão de fechar este ano com nível de desocupados na faixa de 4% na 25ª posição no ranking. Os números do desemprego foram compilados pela consultoria Austin Rating com base em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto os referentes aos índices de preços foram reunidos pelo site Poder360 a partir de dados do Banco Mundial, Investing e institutos de pesquisas dos países.

A comparação deixa claro que **inflação** alta não necessariamente representa taxas altas de desemprego, mostrando que enquanto outros países têm políticas voltadas para a geração de emprego e renda, o Brasil relegou a segundo ou terceiro plano o planejamento e a elaboração de políticas públicas voltadas para o mundo do trabalho, deixando nas mãos do mercado a solução para a abertura de mais vagas e a absorção de mão de obra ociosa. O desemprego caiu muito desde o primeiro trimestre de 2020 quando chegou a 14,9%. Agora está em 11,1%. Mas o problema é que ele se estabilizou nesse patamar alto com cerca de 12 milhões de pessoas desocupadas, devendo permanecer acima de dois dígitos este ano. Agora, a renda parou de cair, mas ainda está quase 10% abaixo do patamar anterior à pandemia de COVID-19, agravando o problema.

O desemprego alto e a falta de planejamento e de

políticas para estimular a abertura de vagas criam distorções no mercado de trabalho brasileiro, com o país, mesmo tendo um número grande de cidadãos sem emprego, registrando setores econômicos com déficit de mão de obra, mais notadamente nos segmentos que exigem maior qualificação, como a tecnologia da informação (TI). No setor tecnológico, a qualificação profissional preenche 65,7% das vagas abertas todo ano, com 34,2% dos postos de trabalho permanecendo vagos.

Na outra ponta setores como a construção civil e indústrias alimentícias também enfrentam dificuldades para contratar, seja porque também falta qualificação para atividades específicas, seja porque o nível salarial mais baixo compete com o Auxílio Brasil não diretamente, uma vez que o salário mínimo é de R\$ 1.212 e o Auxílio é de R\$ 400. Ocorre que o jeitinheiro brasileiro acaba gerando uma situação que nas contas da indústria, explica a dificuldade de encontrar trabalhadores. O valor de mais de um benefício recebido na mesma família associado a atividades remuneradas avulsas, pode render mais do que o valor do salário inicial de alguns setores, de pouco mais de um salário mínimo.

Com mudanças aceleradas no mundo do trabalho, o Brasil enfrenta esse drama particular de empresários que não encontram empregado e trabalhadores que não encontram trabalho. É preciso que o governo estimule a geração de vagas com redução do custo da mão de obra de um lado, mas de outro fixando como contrapartida dessa desoneração investimentos privados em qualificação de mão de obra para atender às novas exigências geradas pelas mudanças tecnológicas. E mais, estimule a busca de novos modelos que atendam às empresas e os empregados.

FRASE

[O processo é uma] monstruosidade que estão querendo fazer na Serra do Curral, um patrimônio de Belo Horizonte Fuad Noman, prefeito de BH, ao anunciar que entrou com processo na Justiça Federal contra a decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) em liberar a exploração de mineradora na Serra do Curral

Mercado diverge sobre fim do ciclo de alta de juros e espera sinais do BC

Nathalia Garcia

É consenso entre os economistas que o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central deve anunciar, nesta quarta-feira (4), uma nova alta de um ponto percentual da taxa básica de juros (Selic), de 11,75% para 12,75% ao ano. No entanto, a previsibilidade não se aplica às expectativas do fim do ciclo do aperto monetário.

A mediana das estimativas da pesquisa Focus, que mostra as estimativas de analistas ouvidos pelo Banco Central, é de uma Selic em 13,25% ao ano em 2022. No entanto, alguns já veem risco de a taxa avançar acima de 14%, enquanto aqueles que não estão vinculados ao mercado financeiro consideram que o BC já foi até longe demais.

"A incerteza [do mercado] é com relação à comunicação do BC para junho, se ele vai, de fato, fechar a porta para alterações na Selic ou se vai continuar subindo a taxa de juros", diz Lucas Vilela, economista do Credit Suisse no Brasil.

Em março, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, indicou a intenção de encerrar o ciclo de alta de juros com a Selic em 12,75% ao ano. Mais tarde, chegou a dizer que a autoridade monetária iria analisar a "surpresa" no IPCA daquele mês para ver se mudava a rota, mas não voltou a se pronunciar.

Com base na deterioração do cenário de **inflação** atual e prospectivo, Maurício Orenge, superintendente de pesquisa macroeconômica do Santander, vê a possibilidade de o BC alterar seu plano de voo, fazendo um ajuste residual de 0,50 ponto na reunião de junho, além da alta desta semana. Com isso, a Selic iria a 13,25% ao ano ao fim do ciclo.

"A gente acredita que o Banco Central vai acabar revisando para cima a projeção de **inflação** naquele cenário mais provável, com o petróleo a US\$ 100, isso particularmente em razão das expectativas, que subiram para 2022 e também para 2023", afirmou.

O risco de desancoragem das expectativas, diante de uma **inflação** que pode se tornar inercial e de novas pressões com os lockdowns na China, exige um esforço adicional do BC, na visão de Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos.

Para ele, a autoridade monetária encerrará o ciclo do aperto monetário em junho, com duas altas consecutivas de um ponto percentual da taxa de juros, chegando a 13,75%.

"A **inflação** está perto do seu pico, mas é um nível muito alto ainda. Se o BC não for cauteloso, como tem sido, corre o risco de que essa **inflação** mais alta fique consolidada por um pouco mais de tempo", afirmou.

"O fato de a **inflação** estar chegando a um platô não significa necessariamente que possa parar e deixar o ajuste já realizado surtir efeito. Me parece que não é o momento de baixar a guarda", acrescentou em referência ao impacto defasado da política monetária sobre a economia.

Com um prognóstico de **inflação** mais elevado (8,3% em 2022 e 4,6% em 2023), o Credit Suisse prevê a Selic a 14% ao fim do ciclo. Além da elevação de um ponto percentual em maio, adiciona também uma alta de 0,75 ponto em junho e um ajuste de 0,50 ponto em agosto.

Sobre os próximos passos, o banco suíço espera a indicação de uma nova elevação da Selic no encontro seguinte, em 14 e 15 de junho, sem explicitar sua magnitude.

"Em um momento de incerteza muito grande, o BC poderia prezar por menos clareza e ir avaliando os resultados ao longo das reuniões." Gustavo Arruda, chefe de pesquisa para América Latina do BNPParibas, considera que o Copom deveria ser "um pouco menos assertivo" em relação aos próximos movimentos. "Se por um lado o Banco Central tem feito um bom trabalho em analisar o cenário, a comunicação é onde ele pode melhorar. Essa comunicação de coisas que a gente não tem muita certeza acaba atrapalhando a coordenação das expectativas", disse.

Nas projeções do banco francês, o BC vai efetuar novos aumentos na Selic nos próximos meses, dado que o processo de convergência da **inflação** para a meta deve demorar mais do que o previsto para acontecer. A expectativa é de aumento de um ponto percentual tanto em maio quanto em junho, e elevação de 0,5 ponto em agosto. Assim, a taxa de juros

encerraria o ciclo em 14,25%.

Apesar da divergência no patamar da Selic ao fim do ciclo do aperto monetário, a necessidade de continuar subindo a taxa de juros é consensual entre analistas vinculados ao mercado financeiro. Mas, no meio acadêmico, economistas têm a avaliação de que continuar aumentando a Selic não é a melhor estratégia para conter a **inflação** no atual cenário.

Tanto Lauro Gonzalez, da FGV (Fundação Getulio Vargas), quanto José Luís Oreiro, da UnB (Universidade de Brasília), citaram a visão de Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu, sobre a pouca influência do instrumento de política monetária para conter uma **inflação** importada.

"Esse aumento de juros não vai ter efeito sobre a **inflação** e vai transferir renda do resto da sociedade para os mais ricos", afirmou Oreiro.

Na avaliação do economista, para que a elevação da Selic surtisse o efeito esperado, seria preciso atingir um patamar acima de 20%, o que produziria uma profunda recessão econômica.

"O nível de miséria, de desemprego, de gente desalentada está enorme, você pode reduzir a **inflação** dessa maneira, mas vai destruir a economia brasileira nesse processo." Segundo Oreiro, outro mecanismo que poderia ajudar no combate à **inflação** é uma grande valorização da taxa de câmbio. Em abril, o dólar desceu ao patamar de R\$ 4,60, a menor cotação nos últimos dois anos. Mas a tendência durou pouco, e a moeda americana já voltou a operar acima de R\$ 5 -nesta terça (3), a moeda caiu 2,1% e fechou a R\$ 4,96.

Para Gonzalez, o BC deveria aguardar os efeitos da subida de juros, que passou de 2% a 11,75% ao ano após nove altas consecutivas, e reavaliar a situação no decorrer do segundo semestre.

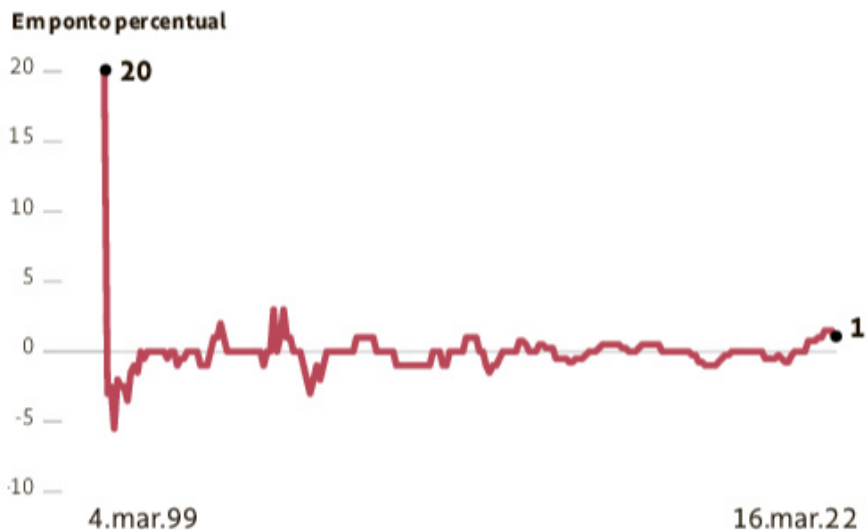
Em um cenário em que a taxa de juros já está elevada, de renda deprimida, do mercado de trabalho muito aquém do necessário, com desemprego elevado, até que ponto isso tudo não justificaria uma espera para verificar se os componentes de demanda da **inflação** estão tendo um papel que justifique um novo aumento de juros", afirmou.

Site:

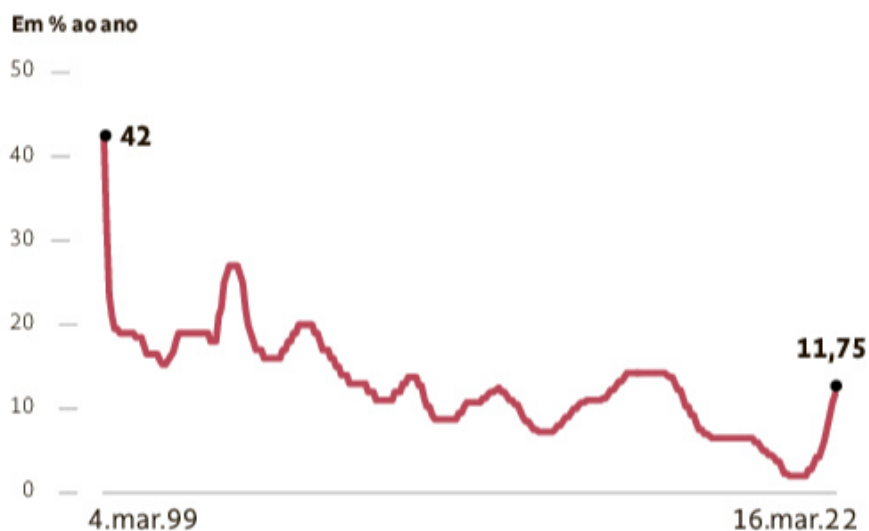
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49901&anchor=6455315&pd=9607f5f5f9da83f0a788b8c8dc4a7c91>

Mercado espera sinais do Copom sobre rumo dos juros

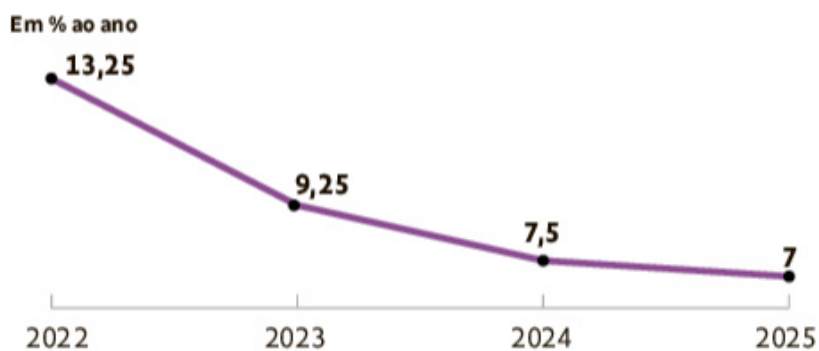
Variação da Selic por período*



Taxa básica de juros (Selic)



Projeções do mercado para a Selic



*As reuniões ocorrem a cada 45 dias. Houve uma reunião extraordinária em 14.out.02.
Fontes: Bloomberg, Banco Central e Boletim Focus (Banco Central)

Muito ajuda quem não atrapalha (Editorial)

Inflação em patamares que não eram vistos há décadas, taxa básica de juros nas alturas, desemprego elevado e crescimento pífilo afetam o dia a dia da população, mas também os negócios.

A combinação entre um governo populista como o de Jair Bolsonaro, o desarranjo causado pela pandemia de covid-19 nas cadeias produtivas mundiais, a insistência da China em adotar quarentenas draconianas e a guerra entre Rússia e Ucrânia são a representação de uma tempestade perfeita.

Em tempos conturbados, o investidor prudente prefere aguardar a passagem da crise antes de tomar uma decisão, algo que costuma ter efeitos nefastos para países emergentes como o Brasil.

As consequências mais claras dessa instabilidade têm sido vistas nos leilões de infraestrutura cancelados nas últimas semanas e foram coroadas com a postergação da licitação do Rodoanel Norte pelo governo de São Paulo. Com 44 quilômetros de extensão e previsão de conclusão em agosto de 2025, cortando os municípios de São Paulo, Arujá e Guarulhos, o projeto exigiria investimentos de R\$ 4,1 bilhões em obras e despesas de operação e manutenção ao longo de 31 anos de concessão. A Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) justificou o adiamento ao mencionar as incertezas do cenário macroeconômico interno e externo e a alta de preços de insumos.

Quando nem mesmo um projeto que tem demanda certa na maior cidade brasileira consegue atrair interessados, não se pode esperar nada diferente de outras localidades. A disputa pelo Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte foi adiada para julho. A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais disse que a extensão do prazo visa a garantir a ampla concorrência e dar tempo para empresas estrangeiras providenciarem a documentação exigida pelo edital.

A licitação da BR 381-262, que liga Belo Horizonte e Governador Valadares a Vitória, foi adiada por três vezes antes de ser finalmente suspensa em fevereiro, quando a União admitiu a necessidade de fazer ajustes no edital para atrair os potenciais interessados.

Por ajuste, leia-se elevar as taxas de retorno dos empreendimentos.

O problema não atinge apenas as novas concessões. O avanço do preço dos insumos da construção civil

tem levado entidades empresariais a encomendarem estudos que ensejem futuros pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro por parte das operadoras - e, conseqüentemente, tarifas de pedágio e serviços de transporte de carga mais caros. Enquanto os reajustes costumam ter o IPCA como referência, a disparada de itens básicos para rodovias e ferrovias, como diesel, cimento, aço e asfalto, gerou um descasamento entre receitas e despesas e pode colocar em xeque a sustentabilidade dos projetos já leiloados.

A secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, Natália Marcassa, rejeitou uma solução única para todos e disse ao Estadão/Broadcast que é preciso analisar as situações caso a caso.

Às incertezas econômicas somam-se as políticas. Enquanto as licitações patinam, o tempo corrói a qualidade da deficiente infraestrutura nacional e a lista de obras paradas só aumenta, o presidente Jair Bolsonaro faz campanha antecipada, participa de atos antidemocráticos e questiona a confiabilidade do processo eleitoral. Com o menor nível de investimento público da história, o governo reservou apenas R\$ 42,3 bilhões para todos os ministérios e privilegiou a área militar e as emendas de relator do Centrão. Em uma peça orçamentária engessada por 95% de despesas obrigatórias, é arrogância achar que o investimento público algum dia vai superar o privado.

Mas a premissa que garante o apetite desse setor, além de um marco regulatório e jurídico adequado, é um ambiente macroeconômico saudável e estável, com controle da **inflação**, equilíbrio fiscal e juros civilizados, o contrário do que o Brasil tem apresentado.

Sem capacidade econômica e financeira para resolver gargalos históricos do País, o governo faria muito se, ao menos, não atrapalhasse.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Planos já preveem reajuste maior do que 15% após gasto médico recorde

CRISTIANE SEGATTO

Na expectativa da divulgação do índice de reajuste dos planos de saúde individuais e familiares pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), operadoras esperam reajuste acima de 15% após relatarem gasto médico-hospitalar recorde. Ao considerar a fórmula de cálculo utilizada pela ANS, entidades representativas das empresas dizem chegar a valores semelhantes. A ANS diz que ainda estão sendo feitos os cálculos e considera outros fatores, como **inflação**.

A Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) estima que a agência autorize um reajuste de 15,7%. A Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) chegou a 15,8%. Um dos principais motivos é o aumento dos custos médico-hospitalares, reportado pelas operadoras. No total, o Brasil tem 49 milhões de beneficiários de planos de saúde.

Segundo o mais recente estudo do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), obtido com exclusividade pelo Estadão, a variação de custos médico-hospitalares (VCMH) das operadoras foi de 27,7% nos 12 meses encerrados em setembro.

Trata-se de recorde na série histórica iniciada em 2007. Antes disso, a maior alta (20,4%) havia ocorrido entre 2015 e 2016, quando o Brasil mergulhou em uma crise.

No início da pandemia da covid-19, as pessoas deixaram de ir a médicos e hospitais e adiaram exames mais caros e cirurgias eletivas (não urgentes).

Com isso, as despesas despencaram.

Em setembro de 2020, a VCMH apurada pelo IESS foi negativa (em 3,6%). "Muita gente adiou coisas que não deveriam ter sido postergadas, como o diagnóstico e o tratamento do câncer. Com a progressão da doença, os custos aumentaram", afirma José Cechin, superintendente executivo do IESS. As despesas das operadoras voltaram a crescer em março de 2021.

Com o avanço da vacinação e a sensação de segurança, as pessoas deixaram de evitar médicos e

hospitais. "A variação das despesas foi rápida e intensa, principalmente entre junho e setembro de 2021." Na composição dos custos com assistência à saúde, as internações tiveram o maior peso (63%). Em seguida, vieram as terapias (13%), os exames (11%), outros serviços ambulatoriais (7%) e as consultas (6%). Em todos os itens, houve aumento, só que mais acentuado na categoria outros serviços ambulatoriais, que registrou avanço de 38%. "Uma das hipóteses foi a grande procura por fisioterapia, fonoaudiologia e psicoterapia por pessoas que tiveram covid longa", diz Cechin. No estudo do IESS, foram analisadas apenas as despesas de 688,9 mil beneficiários, a maior parte (36,9%) com idade de 59 anos ou mais.

Para definir o reajuste, a ANS considera também outros fatores. O cálculo combina o índice de valor das despesas assistenciais (IVDA) com a **inflação** pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA), retirando desse último o subitem plano de saúde. Na fórmula, o IVDA tem peso de 80% e o IPCA, de 20%. Em nota, a ANS informou que o percentual máximo a ser autorizado para os planos individuais ou familiares está sendo calculado e será divulgado após conclusão dos cálculos e manifestação do Ministério da Economia.

Segundo a agência, não há data para divulgação. Em anos anteriores, isso ocorreu em maio. No ano passado, o índice foi anunciado em julho. "Esperamos que a ANS siga a fórmula que ela inventou. Haverá reclamações porque as rendas das pessoas não têm crescido de acordo com a **inflação**, mas o reajuste dos planos de saúde será alto porque as despesas assistenciais das operadoras cresceram", afirma Cechin.

MOMENTO INCOMPATÍVEL. Segundo Mario Scheffer, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e blogueiro do Estadão, um aumento elevado dos planos individuais seria totalmente incompatível com a crise econômica e sanitária atual.

"É um absurdo, ainda mais depois de um período em que as operadoras lucraram muito, com aumento de clientes e baixa utilização durante a pandemia", afirma.

"A ANS permite reajustes baseados em dados superestimados pelas operadoras, sem justificativa

técnica transparente.

Há inconsistências na forma como as operadoras justificam o reajuste e a agência é conivente", diz ele. "Ela (a agência) aceita o que vai ser o maior aumento das mensalidades dos planos individuais em mais de 20 anos. Além disso, continua não controlando nem fiscalizando reajustes dos planos coletivos", acrescenta.

A agência só define o valor de reajuste dos planos individuais ou familiares. E não há nenhum limite de reajuste para os planos coletivos empresariais nem para os coletivos por adesão. O valor do aumento para esses casos é negociado entre as empresas e as operadoras de saúde.

Idec pede paciência e indica troca de plano e uso de portabilidade

"A possibilidade de um reajuste alto tem preocupado os consumidores porque chega neste momento muito ruim, com alta do gás, da energia e do supermercado", observa Ana Carolina Navarette, coordenadora do Programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). "É preciso lembrar que as estimativas das empresas do setor costumam superar o reajuste autorizado pela ANS", diz ela.

"No ano passado, os cálculos das operadoras ficaram em 2% e o índice da agência foi negativo (em 8,19%)." Caso o cliente não consiga mais arcar com a despesa, ela recomenda que tente trocar de plano dentro da mesma operadora. Dessa forma, é possível levar com ele as carências que já foram cumpridas.

Outra possibilidade é tentar trocar de plano e de operadora, fazendo portabilidade.

Para isso, recomendase consulta ao guia da ANS no site da agência: o plano para o qual se pretende migrar precisa ser do mesmo valor ou mais barato.

Aumento "absurdo"

Para professor da USP, reajuste elevado é incompatível com crise econômica e sanitária atual

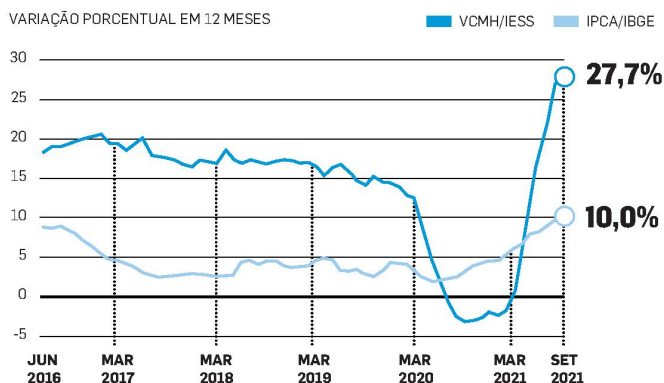
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

SAÚDE MAIS CARA

Operadoras relatam aumento das despesas.
Clientes temem reajuste recorde

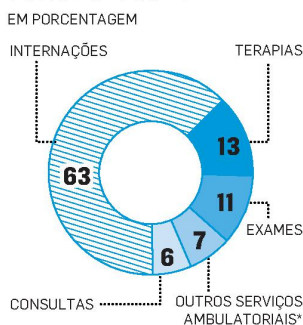
Com o avanço da vacinação, cresceu a procura por consultas, exames e cirurgias

A partir de março de 2021, os custos médico-hospitalares das operadoras voltaram a crescer mais que a inflação, segundo o IESS **



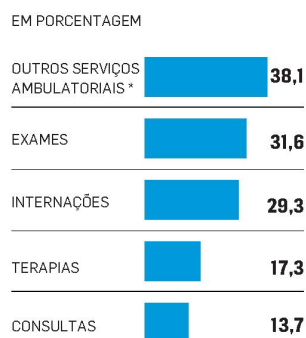
Peso de cada item na composição dos custos assistenciais

Entre setembro de 2020 e setembro de 2021



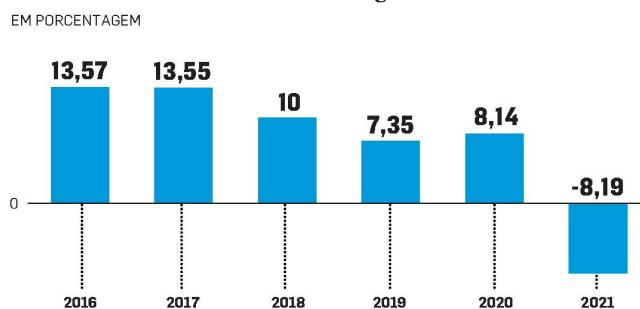
Aumento das despesas por tipo de serviço

Entre setembro de 2020 e setembro de 2021



Reajustes dos planos individuais autorizados pela ANS

No ano passado, houve redução do valor das mensalidades. O maior aumento da história da agência ocorreu em 2016



* CURATIVOS, RETIRADA DE PONTOS, GESSO, SESSÕES DE PSICOTERAPIA, FISIOTERAPIA, FONDAUDIOLOGIA, ETC)
** ANÁLISE DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA SAÚDE SUPLEMENTAR (IESS) A PARTIR DE DADOS DE UTILIZAÇÃO DE PLANOS DE SAÚDE INDIVIDUAIS POR 688 MIL BENEFICIÁRIOS

FONTES: IESS E ANS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Para reverter a desindustrialização (Artigo)

Antonio Corrêa de Lacerda

A questão da desindustrialização brasileira tem gerado importante debate a respeito das suas causas e consequências.

A participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (**PIB**) é hoje de cerca de apenas 10%, bem abaixo do seu nível histórico e de países de porte e grau de desenvolvimento comparáveis.

A reversão do processo e a promoção da reindustrialização implica a criação de um ambiente macroeconômico mais favorável à produção, assim como a adoção de políticas de competitividade (políticas industrial, comercial e de inovação), além do fomento à cultura empresarial e o intercâmbio universidade- institutos de pesquisa e empresas.

Vale destacar que as três esferas - macro, meso e micro - são complementares e interdependentes entre si. A falsa ideia da "compensação" não funciona, até mesmo porque é impossível balancear a competitividade com base apenas em uma das vertentes.

O Brasil possui empresas locais e filiais de transnacionais com níveis de competitividade microeconômica compatíveis com o "estado da arte" global. Isso, no entanto, infelizmente não as torna competitivas diante das cadeias internacionais de valor. E o problema não é individual, mas do ambiente. Condições macroeconômicas desfavoráveis e políticas industriais titubeantes agravaram a situação.

O aumento da nossa dependência de produção e exportação de commodities, ou de produtos de baixa complexidade e valor agregado, nos vulnerabilizou em um quadro internacional complexo.

O resultado foi o avanço das importações, substituindo a produção local, com impactos negativos no emprego e renda.

Os industriais brasileiros, aqueles que não atuaram em setores diretamente ligados a commodities, ou de setores oligopolizados, foram "empurrados", por sobrevivência ou senso de oportunidade, para a importação e o rentismo.

Para além da reversão do retrocesso na indústria, imprescindível para o desenvolvimento, faz-se crucial integrar de outra forma nossa atividade produtiva aos

preceitos da indústria 4.0, da nanotecnologia, da internet das coisas e da tecnologia 5G. Os desafios que se apresentam, portanto, envolvem implementação de políticas de competitividade nos moldes das melhores práticas internacionais e locais. Seria equivocado apostar apenas no "mercado" e que a abertura comercial nos recolocaria no caminho do desenvolvimento.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Indústria à espera de uma política (Editorial)

Promover a recuperação e a modernização da indústria deveria ser prioridade do governo federal, se houvesse um presidente e uma equipe econômica interessados na prosperidade do País. Enquanto se espera a mudança no centro do poder, prossegue o retrocesso da economia. Dois meses de crescimento - 0,7% em fevereiro e 0,3% em março - foram insuficientes para a indústria compensar a perda de 2% em janeiro e fechar o primeiro trimestre no azul e em melhor condição do que antes da pandemia. Liderados pelo setor automobilístico, 14 dos 26 ramos cobertos pela pesquisa mensal produziram mais em março do que no mês anterior. Mas a média trimestral ainda ficou 0,4% abaixo daquela registrada nos três meses finais de 2021. Além disso, o volume acumulado em 2022 foi 4,5% inferior ao de um ano antes.

Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção de março ficou 2,1% abaixo daquela observada 12 meses antes. Pelo oitavo mês consecutivo, essa comparação mostrou recuo. Além disso, o volume produzido em março foi 2,1% menor que o de fevereiro de 2020, antes dos danos causados pela pandemia.

Como tem ocorrido em muitos países, a atividade industrial tem sido prejudicada, no Brasil, por desajustes globais. Primeiro ocorreram problemas de suprimento decorrentes da pandemia. Houve dificuldades de transporte e falhas na produção de semicondutores e de outros insumos. Depois vieram desarranjos na oferta de petróleo, gás e cereais, causados pela agressão russa à Ucrânia. A recente baixa da produção chinesa, resultante de restrições vinculadas a um surto de covid-19, complicou o cenário. Desde o começo da pandemia, os desajustes de suprimento e de produção foram agravados pela alta de preços.

A onda inflacionária vem sendo enfrentada em várias economias, incluídas a americana e a brasileira, com aumentos de juros destinados a conter a demanda.

Também essa política deve arrefecer o crescimento industrial. No Brasil, o efeito tende a ser mais doloroso, porque o mercado interno vem sendo, há mais tempo, afetado pelo desemprego e pela redução da renda familiar. A persistência da **inflação**, já acima de 12% em 12 meses, torna mais difícil a recuperação da atividade. Mesmo com alguma melhora, a maior

parte das projeções indica expansão econômica abaixo de 1% neste ano. A mediana das estimativas aponta crescimento de apenas 1% em 2023.

A crise da indústria, no Brasil, é muito mais que um problema conjuntural. O setor mostrou pouco dinamismo na maior parte dos últimos dez anos. Depois do tombo de 2020, ocasionado pela pandemia, houve forte reação da atividade em muitos países. No Brasil, a indústria de transformação produziu 4,9% mais que em 2020, mal conseguindo compensar a perda de 4,8%, de acordo com os dados da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido). A indústria de transformação brasileira ficou em 82.º lugar numa lista de 113 países. Se o próximo governo der alguma atenção a esses fatos, o futuro será mais animador.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bancos digitais enfrentam primeiro 'teste de estresse'

LETYCIA CARDOSO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Para analistas, arrecadação exige cautela

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187207

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187207

Pandemia e guerra ampliam incertezas sobre globalização

Anais Fernandes De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187207

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187207

Guerra testa a economia da Europa (Artigo)

***Martin Wolf é editor e principal analista de economia do
Financial Times***

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187207

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187207